



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
SETÚBAL
Realizada em 27 de julho de 2018

N.º 5/2018

Aos vinte e sete dias do mês de julho de dois mil e dezoito, realizou-se, pelas dezanove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município, uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por André Valente Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

I – VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS

a) Chamada

O Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – André Valente Martins, João Afonso Almeida da Silva Luz, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Jerónimo Manuel Fragoso Lopes, Rogério da Conceição Palma Rodrigues, Sónia Margarida Grenho dos Santos Casmarrinha, Eusébio Manuel Candeias, Diamantino António Caldeira Estanislau, João Manuel Martins da Silva, Antonieta Maria Saragoça dos Santos, Nuno Miguel Batista Lopes e Pedro Acácio dos Santos Soares.

Partido Socialista – Carlos Manuel da Conceição Batista, Maria João Teigas Santos Palma, António Manuel Baptista Dias e Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues.

Partido Social Democrata – António Miguel da Costa Ferreira, Carla Isabel Matos Rodrigues Vilhena e Pedro Miguel Trindade Vieitas Antunes.

Bloco de Esquerda – Vitor Manuel Freitas Rosa.

Pessoas-Animais-Natureza – Maria Suzel Costa Sousa.

Centro Democrático Social – João Paulo Barros Viegas.

Presidentes de Junta – Rui Manuel do Rosário Canas (Presidente da União de Freguesias de Setúbal), Nuno Miguel Rodrigues Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião), José Inácio Correia Belchior (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra), Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia do Sado) e Celestina Maria Agostinho Brito Neves (Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão).



Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, a Sra. Presidente da Câmara, Maria das Dores Marques Banheiro Meira, o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores: Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Paulo Alexandre da Cruz Lopes e Nuno Miguel Oliveira de Carvalho.

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, Anita da Conceição Birrento Vilar, João António Vicente e Maria da Graça Santos Andrade, conforme documentos registados sob os n.ºs 1 a 3, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição Vítor Manuel Ramalho Ferreira, José Luís do Rosário Barão, António Hugo Lindo dos Santos Caracol, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, Filomena dos Anjos Batista Rodrigues Nunes Cunha, Manuel Jorge Silva Esteves e Elisabete Maria Martins Cavaleiro, conforme documentos registados sob os n.ºs 4 a 10, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do Partido Social Democrata apresentou pedido de substituição Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado, conforme documento registado sob o n.º 11, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do Bloco de Esquerda apresentou pedido de substituição João Pedro Oliveira Santos, conforme documento registado sob o n.º 12, arquivado em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado cidadão que se segue na lista da CDU, Manuel Fernando das Neves Rebelo, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado cidadão que se segue na lista da CDU, Miguel Jorge de Sena Augusto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Domingos Moreira Semedo, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Marco Ruben Santos Martins Catarino Costa, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Tiago Manuel Rodrigues Pereira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Graciete Maria da Conceição Vasco, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Mário Gabriel Costa Pires Aranha, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua tomada de posse e à respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 13, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Chamado cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Eduardo Jorge Ferreira Durand Moreira Pinto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.



Chamado o cidadão que se segue na lista do BE, Silvana Casaca Parreira Paulino, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua tomada de posse e à respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 14, arquivado em pasta anexa à presente ata.

d) Faltas

Faltou a Sra. Deputada Marta Sofia Lourenço Pereira.

II – PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Foi dada posse aos membros da Comissão Eventual de Acompanhamento “Arrábida sem Carros”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 15.

a) Assuntos de interesse relevante e interpelações ao Executivo

Maria João Palma (PS) – Gostaria de colocar uma questão relativamente à utilização de alguns dos jogos de água da cidade que estão sem funcionar. Estamos no período de grande afluência turística na cidade e os jogos de água que são tão característicos, sobretudo nesta época de verão e que harmonizam a plataforma central da Av. Luísa Todi, quero tentar perceber porque é que neste momento eles não funcionam.

Costa Ferreira (PPD/PSD) – Mais uma vez relembrar a esta assembleia, que a sinalização horizontal rodoviária na cidade e no concelho em geral encontra-se num estado, que deve merecer uma atenção especial de estudo e de correções de erros existentes. Com a agravante de neste momento se encontrar sem a visibilidade adequada, potenciando os riscos de acidentes, especialmente os atropelamentos com ferimentos graves e mortes. Dá-se nota ainda, tendo ocorrido um atropelamento que deixou sequelas pessoais na passadeira norte existente na saída da rotunda de Portugal para a Avenida Pedro Álvares Cabral, no longínquo mês de junho de 2016, nada se fez para corrigir a localização da mesma e outras medidas para minimizar tais ocorrências naquela interceção giratória.

Suzel Costa (PAN) – Sendo a Feira de Santiago um ecoevento da “Amarsul”, qual o motivo para não existir qualquer ecoponto dentro do recinto, ainda que tenha sido observado um ecoponto na entrada e saída?

A separação de plástico, vidro, papel e cartão na zona de restauração parecia-nos de todo, aconselhada. A disponibilização de copos reutilizáveis também não foi observado no recinto da festa. Teria também sido uma excelente oportunidade para revelar uma atitude muito pró-ativa, minimizando os impactos ambientais e sensibilizando os visitantes para a importância da diminuição da pegada ecológica.

As alterações climáticas, afinal estão aqui, afinal não são o argumento utilizado por uma série de extremistas ou fundamentalistas para imporem mudanças na nossa vida, ou para nos aborrecerem em marchas e conferências enfadonhas.



Vitor Rosa (BE) – Tomámos conhecimento de um lamentável incidente que consistiu num convite para o diálogo feito pelo executivo camarário, aos trabalhadores em situação de baixa médica. O termo utilizado “*convite para o diálogo*”, não passa na nossa modesta opinião de um eufemismo para aquilo que de facto aconteceu, ou seja, uma convocatória aos trabalhadores em situação de baixa médica. Diz a lei que a situação de doença pode ser verificada por iniciativa da entidade empregadora, devendo esta requerer a designação do médico aos serviços de Segurança Social da área de residência do trabalhador e na mesma data, informar o trabalhador do requerimento. Se os serviços de Segurança Social não designarem o médico no prazo de 24 horas a contar da receção do requerimento, a entidade empregadora pode efetuar esta designação, não podendo o médico ter qualquer vínculo contratual com a entidade empregadora. A entidade empregadora ou o trabalhador podem solicitar a revelação da situação de doença nas 24 horas subsequentes ao conhecimento do resultado de verificação, devendo na mesma data ser comunicado este pedido à outra parte, em caso de desacordo entre os pareceres médicos.

Manifestamos, pois, as nossas dúvidas quanto ao método utilizado e perguntamos se foi observado pelo executivo neste “*convite/convocatória*”, os requisitos constantes na lei ou não? Entendemos ainda que um executivo, que tem na sua maioria o apoio do Partido Comunista Português, cabe o dever e a responsabilidade de ser diferente no tratamento dos seus funcionários, de apoiá-los nas suas dificuldades, entender as suas preocupações e debilidades, apoiar na formação e conduta dos seus deveres, mas também apoiá-los nos seus direitos. São estes os princípios que sempre vi no PCP e não de reagir como qualquer entidade patronal que vê nos seus trabalhadores apenas fonte de deveres e de lucro sem direitos. Assistimos de forma clara e ostensíveis aos ataques da direita dos órgãos representativos dos trabalhadores, ao movimento sindical, em particular aos sindicatos afetos à CGTP-IN, que atacam os partidos de esquerda, Bloco e PCP que lutam na Assembleia da República contra as alterações de leis laborais, propostas por PS e PSD, por isso reservamos o nosso direito de crítica a um executivo, que neste caso alinha pela sua conduta ao lado dessa direita, do patronato e do grande capital, ao ataque a estes órgãos.

João Viegas (CDS-PP) – É uma pergunta relacionada com as obras de requalificação do Bairro dos Pescadores e Grito do Povo. Nos últimos dias tenho reparado que as obras que estavam ali a decorrer, neste momento as máquinas estão paradas, principalmente na última semana e não vejo desenvolvimento das obras que estavam ali a decorrer. Gostaria de saber se há algum problema relacionado com estas obras?

Pedro Vieitas (PPD/PSD) – Em sessão ordinária da Assembleia de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra realizada em dezembro de 2017, foi aprovado por maioria, que se iria requerer à Câmara Municipal de Setúbal a construção do passeio pedonal que liga a zona comercial do Monte Belo Norte ao Vale de Ana Gomes, à semelhança daquilo que foi feito e bem na estrada Nacional 10, agora Avenida Álvaro Cunhal.

Na sessão de 26 de abril, foi aprovado novamente por unanimidade, que a junta de freguesia em colaboração com a Câmara Municipal de Setúbal estudasse os locais mais apropriados para a construção de um parque canino e para que essa construção fosse efetivada em doze meses. A minha questão relativamente a isto é: relativamente ao parque passaram três meses, ou seja, um quarto do tempo e do prazo que foi lá definido e que gostaria de saber o que é que a Câmara Municipal está, em conjunto com a junta de freguesia, a fazer para a construção deste parque canino na zona de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra?



Relativamente à construção do passeio pedonal a mesma coisa. Já me foi dito mais do que uma vez que iriam fazer, mas eu gostava que a Câmara Municipal calendarizasse e que nos dissesse quando é que vai iniciar esta obra tão importante para aquelas pessoas?

O terceiro ponto é relativo à reunião entre a Presidente da Câmara Municipal de Setúbal e os trabalhadores que estão de baixa prolongada, bem como o comunicado realizado pela maioria CDU do executivo camarário. Para além de considerar que houve claramente um excesso por parte do empregador público ao “*convidar os trabalhadores de baixa prolongada para uma reunião em conjunto*” onde estes publicamente abordaram temas de foro pessoal, o comunicado que a maioria CDU realizou posteriormente em resposta ao STAL é, em minha opinião, inqualificável. Pessoalmente não me revejo na forma como a ação sindical é realizada pelos sindicatos afetos à CGTP, pois acredito num sindicalismo de compromisso, bem como da concertação social e não no conflito permanente, mas não posso deixar de me solidarizar com os dirigentes do STAL, pela forma como esta maioria CDU se dirigiu aos mesmos. Frases como, e passo a ler: “*Em resposta ao vosso comunicado além de incendiário*” ou de termos que se inscrevem no libelo sindical do início do século passado, ou ainda um punhado de chavões de outrora, ou ainda: “*A CDU não recebe lições de democracia de quem opina sem previamente ouvir as partes*”. Estas palavras só podem ser proferidas por quem apresenta um total desrespeito pelos homens e mulheres que lutam pelos direitos dos trabalhadores. Eu sei que para a maioria, e vou novamente parafrasear aquilo que está escrito no comunicado, “*os direitos não se sobrepõem aos deveres de quem trabalha*”, mas de o pensar ao afirmá-lo vai um grande passo, que não tiveram qualquer pejo em tomar.

Perante tais factos, só poderei afirmar que condeno a postura que a maioria CDU teve em toda esta situação, lançando aqui o repto para que todas as bancadas com assento nesta assembleia condenem de forma veemente esta atitude do executivo.

Carlos Batista (PS) – Vou colocar uma questão, que já tenho colocado aqui algumas vezes na Assembleia e tem a ver com uma construção embargada que se encontra no final da Rua Major Perestrelo da Conceição, que seria destinado para um centro de lavagem de automóveis. O Tribunal já mandou deitar abaixo. A senhora Presidente na altura já me tinha informado que estava à espera que os proprietários derrubassem o edifício. Já lá vão dois anos depois do Tribunal ter emitido essa sentença. Queria saber se os proprietários irão ou não derrubar? Eu acredito que não o irão fazer. Saber se a Câmara está disponível para o fazer e apresentar a respetiva conta aos proprietários? Porque aquilo está com um aspeto que não faz sentido nenhum e foi um espaço ocupado numa zona que era utilizada para estacionamento. Houve ali uma jogada qualquer na altura entre a Câmara e os proprietários, que transformaram o estacionamento num lote de terreno para se fazer aquele edifício. O mal foi feito e agora devemos eliminá-lo, mas parece que nunca mais temos o fim à vista. Agradecia se possível que me dessem essa informação.

b) Intervenção do Executivo

Presidente da Câmara – Relativamente às questões aqui colocadas, no que refere aos jogos de água, essencialmente nas nossas fontes da Avenida Luísa Todi, tem havido avarias quase que sucessivas, com vandalismo quase que sucessivo. Quando se faz o arranjo das fontes, logo a seguir temos a avaria das mesmas, algumas das vezes, de acordo com os nossos técnicos, são avarias normais, porque o funcionamento excessivo pode queimar ou fazer descarregar os disjuntores, outras vezes há vandalismo, mas estamos a tentar reparar rapidamente. Estamos



completamente de acordo, todos os dias queremos a cidade mais bonita, principalmente nesta altura, para os que nos vêm visitar possam desfrutar ainda melhor.

As passadeiras estão mal pintadas, mas vão ficar bem pintadas a partir de setembro, porque está a chegar uma máquina que foi adquirida a algum tempo, que está a ser adaptada para tinta quente, porque a tinta fria rapidamente desaparece e por isso está a levar uma adaptação para que a tinta seja aplicada a quente, significa que só a partir de setembro é que vão começar a ser repintadas e colocadas novas passadeiras.

Em relação aos ecopontos na feira, no lado esquerdo da rampa, quando se vai para o palco, está uma bateria de ecopontos colocados pela Amarsul, uma coisa assim muito grande, toda pintada e decorada. Não sei se são suficientes ou não. A senhora vereador já explica melhor, porque foi ela que tratou dessa situação e já lhe dá uma melhor explicação.

Em relação ao senhor deputado Vítor Rosa do Bloco de Esquerda, não fala verdade como sabe. Quando já não há mais nada para fazer, quando o diálogo está esgotado, inventam coisas. O que foi feito foi um convite para falar com os trabalhadores. Não é a primeira vez que se faz! Já se fez várias vezes, se calhar com um ou outro trabalhador de forma mais isolada, agora fez-se de uma forma mais alargada. Ajudámos alguns deles, por isso era bom que também tivesse essa informação. Quisemos saber quais eram as circunstâncias da baixa dessas pessoas, que muitas delas eu desconhecia e pudemos ali resolver, com um diálogo franco com as pessoas, o problema dessas baixas. Só veio quem pôde ou quem quis, porque não foi feita nenhuma convocatória obrigatória. Foram resolvidos ali alguns problemas com as pessoas. Isto é de facto, má-fé!

Aproveito para parabenizar o senhor deputado Pedro Vieitas que está tão preocupado com STAL. A hipocrisia política tem limites. Vejam só aquilo que vocês fizeram aos trabalhadores. Fico muito satisfeita, porque eu também acho que é um grande sindicato.

Uma coisa é eu achar que é um grande sindicato, outra coisa é eu achar que algumas pessoas deste ou daquele sindicato, nomeadamente do STAL, possa não estar de acordo com elas ou com aquilo que eles dizem. Vir da sua bancada essa preocupação para com o STAL, é de facto uma grande hipocrisia política. Vir da sua bancada preocupações com os trabalhadores, depois daquilo que vocês fizeram aos trabalhadores durante décadas. Quando estão no Governo deliciam-se com os salários que dão aos trabalhadores, com as regalias que tiram aos trabalhadores, veja lá a sua hipocrisia. Nós falámos e muito bem, não há nenhum trabalhador que não me peça qualquer coisa e que não me peça ajuda que este executivo não dê, e eles sabem que têm o meu gabinete aberto, que falam comigo de uma forma franca e amiga, na rua e onde quer que seja e foi nesse sentido que nós os chamámos aqui. Chamamos para saber porque é que um trabalhador, que eu nem sequer conhecia, estava há mais de quatro anos de baixa, porque tinha pânico de estar no cemitério. Imagine que uma chefia diz, *“mas eu não tenho uma pessoa para o substituir e não o posso tirar deste serviço”*. Essa chefia se calhar não estava a ver bem as coisas, porque se a pessoa tem pânico de estar no cemitério, e o funcionário confessou-me naquela reunião o que se passava. Essa pessoa pode ir trabalhar para o Ecoparque do Outão ou para o Jardim das Energias. Trata-se de um homem com três filhos, com 42 anos e que está a ganhar 260,00€ por se encontrar de baixa. Foi isto que eu quis saber, está a perceber?

Nós não temos problemas desses com os trabalhadores, ninguém lhes fez mal por saber isto. Nós ajudámos o trabalhador, porque passou a ter 600,00€ de salário e foi tirado dos cemitérios para ir para o Jardim das Energias ou para o Ecoparque do Outão.

Foi isto que nós fizemos, para ajudar as pessoas e a hipocrisia tem limites!



Ainda hoje estive no Bairro dos Pescadores, posso-lhe dizer que está a andar bem, mas já devia estar quase acabado. Tive uma reunião hoje de manhã com a empresa que está a fazer aquela obra e que nos disse que tinha alguns problemas com o número de trabalhadores que neste momento tem no ativo, porque tem pessoas de férias e tem uma série de obras e neste momento não têm mão-de-obra suficiente. Estivemos no local e podemos verificar que tem que haver um empurrão maior, por parte desta empresa, nomeadamente na Rua de S. Pedro, porque é a rua que está a criar maiores problemas. Conversámos no local com um senhor que tem uma bebé de nove meses e foi-nos dito que aquela poeirada da obra está a criar graves problemas. Estamos em cima do acontecimento e ainda hoje a empresa “Vibeiras” prometeu dar “*corda aos sapatos*”.

Em relação ao passeio pedonal, ainda está a ser feito o projeto, que resultou da visita que fizemos na sequência do “*Ouvir a População Construir o Futuro*”. Desta visita saímos com cerca de 600 ordens de trabalho e posso-lhe adiantar que irão ser feitas algumas alterações ao trânsito.

Em relação à possível lavagem automática, aquele edifício que está no lado direito da variante, não tenho a indicação de quando é que aquilo vai abaixo, estou a ser sincera.

Pedro Vieitas (PPD/PSD) – A senhora Presidente da Câmara quando se dirigiu há minha pessoa chamou-me de hipócrita. Penso que tenho o direito de responder à senhora Presidente e dizer que em lado nenhum eu utilizei esse tipo de linguagem.

Presidente da Mesa – Senhor deputado só quero saber para que efeito, nos termos do regimento, o senhor pediu a palavra.

Pedro Vieitas (PPD/PSD) – Certamente para defesa da honra, senhor Presidente! Estava a dizer à senhora Presidente da Câmara que em lado nenhum eu me dirijo na forma como a senhora se dirigiu há minha pessoa. Já não é a primeira vez que o faz, tendo até feito quando eu não estava presente numa reunião de Câmara. Penso que isso demonstra bem o desrespeito que a senhora apresenta pelas pessoas e neste caso, até por um deputado municipal. Em lado nenhum disse que defendia o STAL, disse que achava inqualificável aquilo que está lá escrito. Até pensava que o comunicado tinha sido escrito por um assessor do Donald Trump, porque é reacionário o que está aqui escrito. Volto a lembrar aquilo que foi dito, “*os direitos não se sobrepõem aos deveres dos trabalhadores*” e eu enquanto trabalhador por conta de outrem, que sempre o fui, enquanto sindicalista, membro da UGT, tenho todo o direito de dizer, que é inqualificável por parte do executivo, que é de uma maioria e de um partido que se diz defensor dos trabalhadores, a forma como se dirigiu a representantes de um sindicato, que neste caso é o STAL.

c) Saudações, Votos e Moções

Apresentação da Recomendação do PAN “Pela criação de um sistema de bicicletas partilhadas”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 16.

“Recomendação

Pela criação de um sistema de bicicletas partilhadas

Nos últimos anos, o município tem vindo a criar condições para a promoção da mobilidade ligeira, nomeadamente para o uso da bicicleta, através da construção de ciclovias, vias



partilhadas e percursos cicláveis e da aposta no regresso ao concelho da Volta a Portugal, cuja 80.ª edição se inicia no próximo dia 1 aqui em Setúbal, com tudo o que isso representa de incentivo à prática do ciclismo na região.

Enquanto partido ecologista, o PAN aplaude o trabalho que tem sido desenvolvido pela autarquia nesta área e propõe um aprofundamento do mesmo, em particular a criação de um sistema de bicicletas partilhadas (o qual batizámos de BUTeS – Bicicletas de Utilização Temporária de Setúbal nos nossos programas eleitorais de 2013 e 2017).

Com um sistema de partilha de velocípedes municipal, assente na georreferenciação e no pré-registo de utilizadores, seria possível promover ainda mais o uso da bicicleta num município que tem condições excelentes para tal, contribuindo para a redução da poluição ambiental, a promoção de estilos de vida saudáveis e consequente melhoria da qualidade de vida das populações.

Assim, a Assembleia Municipal de Setúbal, na sua reunião extraordinária de 27 de julho de 2018, delibera recomendar à Câmara Municipal que:

- 1. Inicie (ou acelere, caso já esteja em curso) o processo de criação de um sistema de bicicletas (que podem ser elétricas) partilhadas com estações em vários pontos do município, privilegiando escolas, serviços públicos, interfaces de transportes, áreas comerciais, áreas de lazer e praias.*
- 2. Envolve os grupos de utilizadores de bicicletas ativos na região e a população em geral nesse processo, de modo a que o sistema a criar seja o mais adequado possível às necessidades dos munícipes.”*

Jerónimo Lopes (CDU) – Relativamente a esta recomendação sugeria aos proponentes que a retirassem, enquanto proposta de recomendação e que eventualmente a considerassem enquanto intervenção de oposição política, na medida em que aquilo que aqui aparece, para além de alguma constatação positiva relativamente às ações que o município tem vindo a desenvolver nesta área, que de facto se justifica, o que se propõe é que a Câmara faça aquilo que está a fazer. Acompanhei um conjunto de apresentações públicas que outros poderiam ter acompanhado, no âmbito do Plano Estratégico de Mobilidade e Transportes, numa delas recordo-me perfeitamente que esta temática foi bastante aprofundada, inclusivamente com a apresentação de exemplos relativamente a veículos partilhados e a formas que estavam a ser equacionadas de resolver o problema, com a participação de grupos de cidadãos, não aqui da região, porque tanto quanto sei na altura não haveria ainda grupos de cidadãos organizados relativamente ao uso da bicicleta. Na realidade há um trabalho que está em curso, o que é bastante profícuo. Pese a importância do tema, não vejo que a Assembleia vá recomendar à Câmara que faça aquilo que está a fazer e muito bem. Relativamente ao próprio ritmo, o excesso de velocidade muitas vezes é perigoso, fundamentalmente nos velocípedes que sejam com ou sem tração. Em termos da comissão devemos de continuar a abordar esta temática, intensificá-la e ir acompanhando. É de toda a lógica e de toda a legitimidade que o plano a possa manter ou que a transforme, que na minha ótica seria mais adequado a uma intervenção política ou uma posição política nesta Assembleia, o que me parece de facto adequado.

Suzel Costa (PAN) – Já não é a primeira vez que o PAN é confrontado com o, “já está feito”, ou ainda “está a ser feito e vocês é que não sabem”. Talvez o município deva pensar em remodelar a sua presença na Internet, como aqui já foi chamado a atenção e subir também na classificação do índice de transparência municipal, porque Palmela está em 37.º lugar e Setúbal distancia-se em 250 lugares de diferença. Muitas das vezes procuramos essa



informação, tentamos manter-nos atualizados, mas quando vamos ao “site” do município não vemos nada. O PAN mantém esta proposta de recomendação.

Presidente da Mesa – Senhora deputada Carla Vilhena pretende fazer uma intervenção, mas o PSD já esgotou em muito o seu tempo.

João Viegas (CDS/PP) – É importante esta recomendação, independentemente de compreender as palavras do membro desta Assembleia da bancada da CDU. Esta recomendação trás também “*inicie ou acelere*” e aquilo que diz é uma constatação de um programa que já está a decorrer. Não me parece que choque, até porque há uma necessidade nos tempos que correm, em termos de mobilidade suaves, dos modos suaves de transporte, etc., envolvermos os grupos de utilizadores de bicicletas. Não me parece que esta recomendação não faça sentido, não vejo razão para que baixe à comissão e seja retirada.

Ausentou-se do salão nobre a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão.

Não havendo mais intervenções foi a recomendação aprovada por maioria e em minuta, com 17 votos a favor, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do CDS-PP e 19 abstenções da CDU.

Apresentação da Recomendação do PAN “Saída de Setúbal da secção de municípios com atividade taurina da Associação Nacional de Municípios Portugueses”, conforme documento arquivado empasta anexa à presente ata sob o registo n.º 17.

“Recomendação

Saída de Setúbal da secção de municípios com atividade taurina da Associação Nacional de Municípios Portugueses

Setúbal é hoje uma cidade viva, progressista, em constante reestruturação arquitetónica, paisagista, cultural e, também, de identidade. Como tal, há “tradições” que há muito deixaram de fazer sentido, como os espetáculos tauromáquicos. Sabemos que eles continuam a ser legalmente permitidos, mas também sabemos que as leis nem sempre andam a par dos tempos.

Fruto da necessidade de obras da Praça de Touros Carlos Relvas com vista à sua transformação num pavilhão multiusos ao serviço do município, desde o verão de 2016 que não se realiza qualquer espetáculo tauromáquico em Setúbal e não se ouviram vozes de indignação, não se registaram manifestações na Praça do Bocage, nem houve a realização de touradas noutros espaços do concelho. Isto denota o desinteresse da esmagadora maioria da população setubalense e azeitonense por esta atividade, o que vai ao encontro dos dados da IGAC, que indicam que, entre 2010 e 2016, houve um decréscimo superior a 53% no público das touradas em todo o país.

Assim, tendo em conta:

- os avanços alcançados por Portugal em matéria de proteção dos animais, que tornam as práticas tauromáquicas cada vez mais anacrónicas;*
- a aprovação, por unanimidade, da saída de Setúbal da União Internacional das Cidades e Vilas Taurinas na reunião ordinária de 21 de dezembro de 2017 desta mesma Assembleia; e*

- o facto de não se terem realizado desde o verão de 2016, nem estarem previstas para breve, quaisquer atividades taurinas no concelho.

A representação municipal do PAN propõe que, por uma questão de coerência:

1. A Assembleia Municipal de Setúbal, na sua reunião extraordinária de 27 de julho de 2018, delibere recomendar à Câmara Municipal a saída de Setúbal da Secção de Municípios com Atividade Taurina da Associação Nacional de Municípios Portugueses.”

João Viegas (CDS/PP) – Em relação a esta recomendação, em primeiro lugar queria relembrar o PAN do seguinte, no segundo ponto “aprovação por unanimidade da saída de Setúbal da União Internacional das Cidades e Vilas Taurinas”, o CDS votou favoravelmente, por ocasião do orçamento desta Câmara Municipal e porque pelas diversas pesquisas que fizemos não encontramos atividade relevante desta União Internacional. Não fazia sentido estar incluído no orçamento uma verba para uma entidade que aparentemente não tem atividade relevante. Muito diferente é “Setúbal sair da secção de municípios com atividade taurina”. É inegável que Setúbal tem uma tradição taurina e é de lamentar que nos dois últimos anos não se tenham realizado aqui qualquer tipo de atividades nesse âmbito. O PAN parece-me que sabe um bocadinho mais do que todos, que a Praça de Touros Carlos Relvas vai ser transformado num pavilhão multiusos e no qual não se pode realizar este tipo de espetáculos.

O CDS votará contra esta recomendação.

Carlos Batista (PS) – O Partido Socialista entende que este tema é fraturante na nossa sociedade e exige muito mais tempo de discussão sobre este tema, naturalmente que uns pensam que sim, outros pensam que não e cada um tem direito de pensar da sua forma, por isso o Partido Socialista dá liberdade de voto, aquando da votação desta recomendação.

Suzel Costa (PAN) – Setúbal saiu da União Internacional das Cidades e Vilas Taurinas, como disse o senhor deputado do CDS, porque estava inativa, daí a aprovação. Neste caso em apreço, é o município de Setúbal que agora está inativo, há dois anos que não existe qualquer atividade tauromáquica em qualquer espaço do concelho e ninguém sentiu a falta disso. Ninguém foi fazer manifestações na Praça do Bocage. Se os senhores consideraram que isso não é razão para sair de uma entidade designada, “secção de municípios com atividade taurina” fica aqui a vossa falta de coerência e alguma dualidade de critérios.

João Luz (CDU) – Relativamente a esta recomendação que o PAN nos apresenta, duas considerações distintas, uma primeira relativamente aos considerandos da própria recomendação. A Assembleia Municipal de Setúbal não aprovou a saída de Setúbal da União Internacional de Cidades e Vilas Taurinas. O que aconteceu foi esta Assembleia Municipal ter aprovado uma recomendação apresentada pelo PAN, para que saísse. Recordo aos membros da Assembleia, mas é conhecido por todos, a recomendação na Assembleia Municipal não tem carácter vinculativo, marcou uma posição política desta Assembleia, do conjunto das forças políticas que aqui estão representadas, mas não determina a saída do município de Setúbal desta entidade. Este é o primeiro esclarecimento que importa fazer, porque julgo que há uma certa confusão na forma como tem vindo a ser discutido e como está na própria recomendação.

Relativamente à segunda questão, o PAN está a propor não o fim da atividade taurina em Setúbal, porque aparentemente ainda não tiveram coragem de o fazer aqui e estamos à espera.



O PAN tem vindo sucessivamente a propor sair daqui, sair daquela entidade, sair da outra, mas ainda sem assumir claramente qual o objetivo e qual o seu propósito nesta matéria.

Aquilo que nos é proposto é sair de uma secção da Associação Nacional de Municípios, a questão é esta! Cada um de nós individualmente e cada uma das forças, quer gostem mais ou gostem menos, quer considerem que deva continuar ou acabar a tourada, aquilo que estamos a tratar não se perde absolutamente nada com isto, mas com o município estar ou não estar integrado nesta secção, reconhecendo que Setúbal tem mais ou menos atividade taurina, porque temos uma praça de touros no concelho. A atividade taurina desenvolve-se no concelho intermitentemente, com as questões que já foram aqui aduzidas. Para nós há uma questão de fundo, este é um espaço de articulação dos municípios sobre esta matéria e entendemos que Setúbal não deve de abdicar de estar no espaço no plano nacional, onde o conjunto dos municípios com atividade taurina, independentemente de gostarem mais ou gostarem menos, é o espaço que têm para o confronto de ideias e para a articulação de um conjunto de posições no plano nacional.

Entendemos até que é o espaço próprio para alguns municípios, que tenham atividade e que não se revejam nela e que pretendam pôr um termo a essa atividade, para esse debate ser feito por esses municípios. Desse modo não acompanhamos esta recomendação apresentada pelo PAN.

A senhora Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão voltou ao salão nobre.

Não havendo mais intervenções foi a recomendação reprovada por maioria e em minuta, com 30 votos contra, 16 da CDU, 8 do PS, 4 do PPD/PSD, 1 do CDS-PP e 1 de AC e 7 votos a favor, 3 da CDU, 1 do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Apresentação da recomendação apresentada pelo PAN “Por uma redução na utilização de plásticos”, conforme documento arquivado empasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

“Recomendação

Por uma redução na utilização de plásticos

O plástico surgiu para facilitar vários aspetos do nosso quotidiano, como por exemplo procedimentos médicos e cirúrgicos. Porém, a vida como a conhecemos no planeta está em risco devido ao excesso de plástico. O plástico salva vidas, mas também acaba com elas, nomeadamente nos oceanos. Hoje em dia é difícil imaginar a nossa vida sem plástico, mas teremos forçosamente de o fazer, sob pena de continuarmos a penhorar a sustentabilidade da nossa Casa Comum.

Inventado no século XIX, começou a ser produzido por volta de 1950 e os números apontam para factos que nos custam a acreditar: a) metade da sua produção concentra-se nestes últimos 15 anos, b) os sacos de plástico têm uma vida útil média de 15 minutos e c) o plástico pode durar até 450 anos ou para sempre.

No seu relatório de 2016, com o título “The New Plastics Economy: Rethinking the future of plastics”, o Fórum Económico Mundial alerta para o facto de que, se mantivermos tudo como está (business-as-usual scenario), os oceanos irão conter 1 tonelada de plástico para cada 3 toneladas de peixe em 2025. Em 2050 haverá nos oceanos mais plásticos do que peixes (em peso).

Pegando apenas no exemplo dos sacos de plástico e utilizando dados da Agência Portuguesa do Ambiente: “são utilizados cerca de 1 milhão de sacos de plástico leves no mundo; por ano,

circulam 100.000 milhões na Europa; Portugal é um dos países da Europa onde mais são utilizados e apenas por 1 vez; tudo isto para serem usados por apenas 25 minutos; a produção, transporte e tratamento destas grandes quantidades de sacos em circulação é responsável pelo consumo de muitos recursos, incluindo água e petróleo; no lixo misturam-se com o resto dos resíduos. Acabam por isso nos aterros ou no ambiente, onde podem permanecer mais de 300 anos; uma grande quantidade de sacos invade hoje os oceanos, onde são o 2.º resíduo mais encontrado à superfície do mar (depois dos cigarros); em terra e no mar asfixiam e são ingeridos pelos animais, reduzindo a biodiversidade e entrando na nossa cadeia alimentar”.

Diariamente quase todas as pessoas lidam com plástico. Contudo, as sociedades não estavam preparadas para o seu impacto. A maioria do plástico não provém de recursos reciclados, nem é posteriormente reciclado, nem reutilizado. Isto é dramático para o planeta e para todos os seus habitantes, como se tem percebido a cada dia que passa.

Quem não viu as imagens da praia de Montesinos, na antes paradisíaca República Dominicana, esta semana? 60 toneladas de plásticos foram removidas diariamente do mar, após uma tempestade tropical empurrar para a costa a perturbante maré de lixo. No Oceano Pacífico, as Ilhas de Lixo possuem já o dobro do território francês.

A Agenda para o Desenvolvimento Sustentável 2030, adotada em setembro de 2015 por todos os 193 membros das Nações Unidas, define 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e 169 metas para medirmos a sua concretização. Mas estamos na hora da implementação, da execução do que aprovámos, se acreditamos num melhor futuro para todas e todos. Por isso, é urgente alterarmos os atuais padrões de produção e consumo e torná-los sustentáveis.

Para alcançarmos a mudança necessária na corrente de valor do plástico necessitamos do esforço de todas as pessoas: consumidores, empresas, decisores políticos de todos os níveis (internacional, nacional e local) e organizações não-governamentais.

Considerando que:

I. Cada ano, pelo menos 8 milhões de toneladas de plástico chegam aos oceanos, o que equivale a deitar um camião de lixo na água a cada minuto. Se não mudarmos de comportamento, prevê-se que irá duplicar em 2030 e quadruplicar em 2050; não esquecendo que em 2050 os oceanos comportarão mais plásticos (em peso) do que peixe;

II. O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 – Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis - tem como meta “até 2030 reduzir o impacto ambiental negativo per capita nas cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros” e o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12 - Garantir padrões de consumo e produção sustentáveis - tem a meta de “até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reutilização”;

III. A crescente utilização de plásticos em artigos descartáveis gera volumes importantes de desperdício. Os artigos em plástico de uso único constituem uma parte muito importante da totalidade dos resíduos plásticos, sendo que a sua reciclagem é muito dificultada uma vez que são maioritariamente utilizados fora de casa;

IV. A estimativa da produção mundial de plásticos em 2014 foi de 311 milhões de toneladas, cujo valor duplicará nos próximos 20 anos, e em que apenas 14% das embalagens em plástico são recolhidas para reciclagem.

V. No dia 13 de julho do corrente ano saiu em Diário da República a Resolução da Assembleia da República n.º 189/2018, que recomenda ao Governo o desenvolvimento de campanhas de sensibilização para reduzir a produção de resíduos e promover a sua recolha seletiva, nomeadamente campanhas de informação, ações de sensibilização dos cidadãos e



cidadãos, de forma a assegurar o conhecimento generalizado dos resíduos produzidos e as formas mais corretas para a sua recolha ou deposição seletiva;

VI. O Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU 2020), em vigor desde setembro de 2014, refere serem as cidades mais sustentáveis as que “assumem o seu papel central no compromisso nacional com o paradigma emergente de ecoeficiência e de redução da sua pegada ecológica e carbónica, e a liderança nos processos de diminuição e qualificação do consumo e da redução do desperdício”;

VII. As palhinhas estão entre os 10 primeiros produtos encontrados na limpeza de praias, provocando a morte das aves marinhas, de tartarugas e de outras criaturas marinhas, sendo um dos produtos em plástico que menor vida útil tem, com o agravamento de a maioria não ser reciclada. Para as pessoas que precisam (ex. crianças, idosos, ou pessoas com determinadas doenças ou deficiências) há alternativas reutilizáveis ou biodegradáveis, ou noutros materiais (papel/metal/ bambu);

VIII. Cada vez mais estudos, nomeadamente os de impacto ambiental, mas também os económicos, explicam que a solução não passa por substituir o descartável (mesmo que reciclável) por biodegradáveis, mantendo os mesmos hábitos de utilização única;

IX. As políticas públicas, bem como a autarquia tendo em conta o seu volume de aquisições de bens e serviços e a responsabilidade social que lhe está inerente, devem considerar a seguinte ordem de prioridades no que se refere às opções de prevenção e gestão de resíduos: em primeiro lugar, a prevenção e a redução; em segundo lugar, a reutilização; em terceiro, a reciclagem; só depois, outros tipos de valorização, como a energética; e, no final, a eliminação.

X. É urgente incentivar a mudança de padrões de consumo, reduzindo o consumo de plástico, visando a solidariedade intergeracional e a utilização criteriosa dos recursos naturais.

Assim, a representação Municipal do PAN propõe que a Assembleia Municipal delibere, na sua reunião extraordinária de 27 de julho de 2018, recomendar à Câmara Municipal de Setúbal que ponha em marcha um conjunto de medidas de combate ao desperdício de recursos plásticos, nomeadamente:

Incentivo à diminuição dos resíduos produzidos, através de uma norma que progressivamente promova a substituição dos utensílios de refeição descartáveis e embalagens de serviço de plástico de utilização única por utensílios e embalagens reutilizáveis ecológicas (laváveis e duradouras) nos serviços da autarquia, nos órgãos representativos das autarquias, nos serviços da administração autárquica ou que se encontrem sob a sua gestão, e ainda no âmbito de serviços concessionados ou apoiados pelos órgãos autárquicos (por exemplo, feiras, festivais, mercados, festas populares).

O desenvolvimento de novas e massivas campanhas de sensibilização relativas:

À utilização de palhinhas de plástico de uso único, incentivando o uso de alternativas (reutilizáveis, biodegradáveis, de papel/metal/bambu);

À utilização de palhetas de plástico de café de uso único, incentivando o uso de alternativas (reutilizáveis, biodegradáveis, de metal/bambu);

Ao consumo de água da torneira, em detrimento do uso de água engarrafada;

Ao uso dos balões de hélio, visando restringir a sua utilização em eventos realizados no domínio público;

À política dos 5 R – Reduzir, Repensar, Reaproveitar, Reciclar e Recusar consumir produtos que geram impactos socioambientais significativos –, no âmbito da educação ambiental, nomeadamente nas escolas, com vista à redução do consumo exagerado e do desperdício.”



João Luz (CDU) – Relativamente a esta recomendação apresentada pelo PAN, sobre a redução da utilização de plásticos, nós acompanhamos o conjunto de preocupações desta recomendação, bem como o conteúdo deliberativo da recomendação. Há, no entanto, algumas matérias que já acontecem na prática, designadamente as questões do consumo de água da torneira em detrimento de uso de água engarrafada nas iniciativas municipais, ainda que isto nem sempre seja possível, existindo algumas dificuldades. Também junto dos mercados há iniciativas para encontrar soluções que permitam a diminuição da utilização do plástico, no quadro de projetos piloto desenvolvidos entre a Câmara Municipal e os comerciantes que estão nos mercados municipais. Tendo em conta estas matérias e não deixando de referir o muito que já é feito, entendemos que muito há ainda para fazer não só no plano do município, mas no plano individual, no plano nacional e mundial. Sobre esta matéria acompanharnos esta recomendação.

Não havendo mais intervenções foi a recomendação aprovada por unanimidade e em minuta.

Apresentação da moção apresentada pelo BE “Contra a precariedade laboral, solidariedade com os estivadores eventuais no porto de Setúbal”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 19.

“Moção

Contra a precariedade laboral, solidariedade com os estivadores eventuais no porto de Setúbal

Está a decorrer, hoje, dia 27 de julho, uma greve de protesto dos estivadores eventuais do porto de Setúbal, contra as condições de precariedade de trabalho e em solidariedade com os restantes estivadores a nível nacional em resposta ao comportamento das empresas portuárias que configuram diferentes tipos comportamentos de assédio moral, de perseguição a coação, desde suborno à discriminação, desde as ameaças de despedimento à chantagem salarial.

Esta é a resposta dos trabalhadores face à inercia das entidades patronais e governativas que continuam sem dar resposta à precariedade laboral extrema que se verifica há quase um quarto de século, sim Senhores deputados, precariedade laboral extrema há quase 25 anos no porto de Setúbal.

A desproporção existente entre o número de trabalhadores efetivos, com contrato sem termo e o de trabalhadores precários, com contrato temporário ao turno, é de tal forma gritante que representa hoje uma relação de um trabalhador efetivo para cada dez trabalhadores precários, seja em cada navio, em cada serviço ou mesmo na globalidade do trabalho em todo o porto.

Acresce a irregularidade / ilegalidade que para uma mesma profissão, se perpetuarem duas progressões salariais diferenciadas, não permitindo aos trabalhadores mais novos que executam as mesmas tarefas e funções ou em casos com regularidade frequente, funções mais especializadas, auferirem sequer metade do salário devido aos estivadores mais antigos, numa violação clara do princípio constitucional de, a trabalho igual deve corresponder salário igual.

Acresce que para além da inadmissível taxa de precariedade, existe ainda situações de negação do direito de receber o subsídio de baixa por doença, pelo fato de não terem vínculo à empresa, quando na verdade têm em média 22 dias ou mais de trabalho mensal com esta mesma empresa, ou as péssimas condições em que se encontram alguns dos equipamentos



com que laboram diariamente colocando em causa a sua segurança e a da operação portuária.

Esta é uma situação à qual as entidades oficiais que tutelam o setor não podem invocar desconhecimento, nomeadamente as de fiscalização das condições de trabalho, a segurança social e finanças que recebem os descontos destes trabalhadores, respeitantes a incidência sobre trabalho em mais de trinta turnos mensais, provando desta forma a sua regularidade e continuação de prestação de trabalho, fatos que deveriam consagrar a ilegitimidade da precariedade, mas que face ao seu silêncio estão a ser coniventes com estas irregularidades e ilegalidades.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em sessão extraordinária no dia 27 de julho delibera:

1 – Manifestar a sua total solidariedade com a justa luta dos estivadores eventuais do porto de Setúbal;

2 – Manifestar a sua posição contra todas as formas de trabalho precário, originada por uma legislação permissiva, supostamente dissuasora de tais práticas, mas facilmente contornada através de engenharias contratuais, tanto da parte do Estado como por parte de diversas entidades do setor privado;

3 – Manifestar o seu apoio à rápida finalização da negociação de um novo contrato coletivo de trabalho que permita estabelecer a ultrapassagem de tais limites de forma regulada, equilibrada e adequada à realidade específica do funcionamento do porto de Setúbal.”

António Batista (PS) – Este é um governo que mais tem lutado contra a precariedade laboral, senão vejamos: O acordo de concertação social com os parceiros sociais; medidas como a limitação do tempo máximo de contratos a prazo reduzindo de três para dois; a penalização sobre as entidades empregadoras que realizam contratos temporários; regularização dos precários da Administração Pública; foi este Governo que teve a coragem de pôr o dedo na ferida ao admitir nos quadros da função Pública, sete mil professores em dois anos, nos respetivos quadros; deu à ACT poderes acrescidos no combate à precariedade; criação do gabinete específico de combate à precariedade; aumento do poder de fiscalização sobre as empresas. Percebemos algumas das questões levantadas sobre a matéria em presente que deve ser discutido em sede de contratação coletiva, pois ainda há pouco tempo foi celebrado um contrato coletivo para o setor onde os sindicatos e as associações tiveram a possibilidade de chegarem a um acordo e se houver necessidade de rever, deve ser feita no âmbito da contratação coletiva. Parafraseando o ditado popular “*Roma e Pavia não se fizeram num só dia*”. Reafirmamos que este Governo apoiado pela base parlamentar do Partido Comunista e do Bloco de Esquerda tem-se distinguido pela luta contra a precariedade laboral, por isso vamos votar contra esta moção.

João Luz (CDU) – Relativamente a esta moção apresentada pelo Bloco, nós iremos acompanhar o seu conteúdo. Entendemos que no quadro da solidariedade com estes trabalhadores e muito especificamente com aqueles que estão em situação de precariedade, os estivadores eventuais. A situação nos portos mesmo com os trabalhadores com vínculos de outra natureza, continuam a ter situações desconcertantes de desigualdade, em que há trabalhadores a exercer as mesmas funções, que depois têm situações quer salariais quer de um conjunto direitos de horários de trabalho, etc., perfeitamente distintas. Continua-se a não cumprir com aquilo que é um desígnio constitucional do princípio da igualdade de salário para trabalho igual.



Há uma questão que terá certamente escapado nesta última intervenção do deputado do Partido Socialista. Há um conjunto de avanços muito significativos nesta legislatura, designadamente naquilo que diz respeito à reversão de um conjunto de medidas que foram postas em prática pelo Governo PSD e do CDS, no entanto não ficou tudo resolvido e em muitos aspetos foram-se agravando alguns dos problemas existentes. É interessante este conjunto de referências em torno da legislação laboral e em torno do combate à precariedade, associando à existência de um Governo sustentado no quadro da Assembleia da República por conjunto de acordos com os partidos à esquerda, mas importa dizer que em matéria laboral e em matéria de concertação social ela foi aprovada ao lado do PSD. É com o PSD que o Partido Socialista se tem entendido nestas matérias, aprofundando e agravando contradições, designadamente no que diz respeito à precariedade e designadamente aos períodos experimentais. O alargamento vergonhoso do período experimental para 180 dias que o Partido Socialista aprova com o PSD é a prova de que, em momentos decisivos e naquilo que diz respeito às condições de trabalho e à defesa dos trabalhadores, o Partido Socialista hesita, associa-se e cumpre os seus compromissos à direita e com o capital.

Não havendo mais intervenções foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 23 votos a favor, 19 da CDU, 2 do BE, 1 do PAN e 1 de AC, 9 votos contra do PS e 5 abstenções, 4 do PPD/PSD e 1 do CDS-PP.

Pedro Vieitas (PPD/PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A bancada do Partido Social Democrata concorda com aquilo que está aqui e com os considerandos que estão na moção, no entanto, absteve-se pela razão de que o Bloco de Esquerda, mais o Partido Comunista Português e o PEV, apesar daquilo que o senhor deputado João Luz disse, que votaram contra, já poderiam e já deveriam em três anos de ter realizado alterações significativas para resolver estas soluções. Esta solução poderá ser resolvida e é resolvida na Assembleia da República não é aqui, mas nós acompanhamos o que está aqui, não votámos contra, mas fazemos o nosso voto de abstenção.”*

Apresentação da recomendação apresentada pelo BE “Fim do acorrentamento de canídeos e felinos em Setúbal”, conforme documento arquivado empasta anexa à presente ata sob o registo n.º 20.

“Recomendação

Fim do acorrentamento de canídeos e felinos em Setúbal

Considerando que:

- A Câmara Municipal de Setúbal é sensível ao bem-estar animal;*
- A prática de acorrentamento animal, caso o mesmo esteja preso, restringe de forma clara o seu espaço, não lhe permitindo exercer as suas necessidades etológicas, que lhes permita a prática de exercício adequado e a sua natural interação social, o que não se compagina com uma situação de permanente acorrentamento;*
- O seu Regulamento de Saúde e Bem-Estar Animal é um documento aberto a propostas de alterações;*
- No atual Regulamento de Saúde e Bem-Estar Animal (Aviso nº - 5835/2017), pode-se ler no seu Artigo 18; Alojamento, alínea e) Dimensão adequada de trela ou corrente por forma a não restringir os movimentos do animal;*
- Desta forma permite, assim, o acorrentamento animal e compactuar de uma forma indireta para o mau trato animal;*



- Na prática, é difícil dar seguimento às queixas recebidas quer pelo SEPNA quer pela PSP de Setúbal;

- Alteração ao Regulamento de Saúde e Bem-Estar Animal do Município de Setúbal, a ser aprovada, um passo há frente no que toca à mentalidade para como se olha para os animais e exemplo a seguir por outras autarquias.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em sessão extraordinária em 27 de julho de 2018, recomenda à Câmara Municipal as seguintes alterações ao Regulamento de Saúde e Bem-Estar Animal:

- Eliminação da alínea e) do artigo 18 (Alojamento); Dimensão adequada de trela ou corrente por forma a não restringir os movimentos do animal;

- No CAPÍTULO III - Dos Animais - SECÇÃO I - Disposições gerais - Artigo 7.º (Princípios gerais de proteção dos animais);

Acrescentar alínea: e) Proibição de acorrentamento a canídeos e felinos.”

João Luz (CDU) – A bancada da CDU não poderá acompanhar esta proposta do Bloco de Esquerda. A primeira questão é formal e prende-se com o facto do poder regulamentar do município, que é um poder da própria Assembleia sob proposta da Câmara, dependente de consulta pública. O processo do ponto de vista da própria recomendação não pode ser apenas tão simples quanto aqui está inserido, ainda que não seja essa a questão de fundo.

A questão de fundo prende-se com a situação de entendermos que o regulamento tal como está, protege já hoje as situações de bem-estar e de saúde dos animais, permitindo que em caso de denúncia os veterinários municipais determinem se está garantido ou não a dimensão da trela, o espaço que tem para o animal poder-se movimentar e se estão em causa maus tratos ou não dos animais.

Há uma segunda questão que é a segurança do próprio animal e das pessoas. Entendemos que num conjunto muito grande de situações, por todo o concelho e com alguma particular incidência nas zonas rurais, a não existência de possibilidade de prender o animal em determinados momentos, pode conduzir a situações de perigo quer para o animal quer para as pessoas. Nesse sentido entendemos que esta proposta não corresponde às duas questões, nem à questão do bem-estar animal nem à questão da segurança de pessoas e do próprio animal.

Suzel Costa (PAN) – Acorrentados pelo pescoço estes animais não vivem e limitam-se a existir. É interessante saber que o mesmo grupo parlamentar, que aqui diz que vai votar contra, na Assembleia Legislativa da Madeira, em 24/4/2018, afirmou que, “os animais presos à corrente estavam sob pena de prisão perpétua” e pretendiam ver isto alterado. Quando falamos em bem-estar animal referimo-nos a cinco liberdades, uma delas é a liberdade de expressar o seu comportamento natural.

Qual é o comportamento natural que o animal tem, se estiver preso a uma corrente ou a uma casota?

Hoje em dia já existem alarmes muito mais sofisticados, do que um cão preso a uma casota e também existem vedações, que poderemos tentar agilizar com as pessoas que têm fracos recursos para começar a mudar a mentalidade. Esta recomendação tem certamente o voto a favor do PAN.

Carlos Batista (PS) – O PS acompanha a intervenção do deputado João Luz, é exatamente isso que pretendia dizer.



Queria acrescentar dois pontos. Referir que a alínea e), do artigo 19.º, não é do 18.º e que o PS, pelas razões que já foram ditas pelo deputado da CDU, não acompanha o Bloco de Esquerda nesta recomendação e vai votar contra.

Não havendo mais intervenções foi a recomendação reprovada por maioria e em minuta, com 30 votos contra, 19 da CDU, 9 do PS, 1 do CDS-PP e 1 de AC e 7 votos a favor, 4 do PPD/PSD, 2 do BE e 1 do PAN.

Vitor Rosa (BE) – Leu o Voto de Pesar pelo falecimento de João Semedo, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 21.

“Voto de Pesar

João Semedo desde muito cedo se tornou ativista estudantil, tendo sido eleito em 1972 para a direção da Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. Tinha já aderido ao PCP em 1971, do qual viria a ser membro do Comité Central. No ano seguinte foi preso em Caxias, recusando-se a assinar o documento elaborado pela PIDE a confessar atividades subversivas e a comprometer-se a abandoná-las.

Após o 25 de abril, desenvolveu uma importante ação como militante comunista, no Porto, designadamente no setor intelectual e na política de saúde. Participou na fundação do Sindicato dos Médicos do Norte e da Universidade Popular do Porto e integrou a direção do FITEI e da cooperativa artística Árvore.

Foi presidente do Conselho de Administração do Hospital Joaquim Urbano entre 2000 e 2006, tendo nesse ano deixado a administração do hospital para ser deputado da Assembleia da República em regime de exclusividade.

Aderiu ao Bloco de Esquerda em 2007, tendo integrado a sua Mesa Nacional e sido, com Catarina Martins, coordenador do partido entre 2012 e 2014.

Foi parlamentar durante três legislaturas, eleito pelo Bloco de Esquerda, até renunciar ao mandato por motivos de saúde em março de 2015. A sua atividade parlamentar foi de invulgar relevo, designadamente na área da saúde, algo que é reconhecido por todos os quadrantes políticos. Teve de facto um papel decisivo na adoção de leis fundamentais como a do testamento vital, a Carta dos Direitos dos Utentes do SNS, a prescrição por princípio ativo, o estatuto do dador de sangue, o acompanhamento nos serviços de urgência, a dispensa gratuita de medicamentos após alta hospitalar e a inscrição do preço na embalagem dos medicamentos. Integrou diversas comissões parlamentares (saúde, assuntos europeus, orçamento e finanças) e as comissões de inquérito ao BPN, ao caso PT/TVI e à aquisição dos submarinos.

Impedido pela doença de prosseguir a sua atividade em termos plenos, empenhou-se na luta pela despenalização da eutanásia, tendo sido um dos principais ativistas do Movimento pelo Direito a Morrer com Dignidade. O seu último contributo para a democracia portuguesa foi a proposta de revisão da Lei de Bases da Saúde, que elaborou juntamente com António Arnaut, e que ambos publicaram em livro com o título “Salvar o Serviço Nacional de Saúde”. Em entrevista dada quando a doença já o limitava severamente, João Semedo disse: “tive a vida que escolhi, a vida que quis, não tenho nada de que me arrependa no que foi importante. Segui sempre a minha intuição, nunca me senti a fazer o que não queria. Sim, fui muito feliz (...)”



Assim, a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em sessão extraordinária a 27 de julho de 2018, delibera:

1. Manifestar a sua profunda consternação pela morte do cidadão exemplarmente empenhado e do grande parlamentar que foi João Semedo.”

Não havendo mais intervenções foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

De acordo com a sugestão do Sr. Presidente da Mesa foi feito um minuto de silêncio.

III – PERÍODO DESTINADO A INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve intervenções do público.

IV – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Deliberação n.º 217/18 – Proposta n.º 55/2018 – DAFRH – Procedimento de contratação de empréstimo de médio e longo prazo – Orçamento 2018 – Proposta de adjudicação

Antonieta Saragoça (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por maioria, com 5 votos a favor, 4 da CDU e 1 AC e 3 abstenções do PS, PPD/PSD e BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 22.

Ausentaram-se do salão nobre 3 deputados da CDU e a deputada do PAN.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 17 votos a favor, 16 da CDU e 1 de AC, 1 voto contra do CDS-PP e 15 abstenções, 9 do PS, 4 do PPD/PSD e 2 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 23.

Carlos Batista (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Naturalmente que ninguém em juízo pode ir contra este investimento. A requalificação de rede viária, a edificação de equipamento, infraestruturas de águas e saneamento. Achamos que isto é extremamente importante para a cidade e todos certamente o devem achar, o que nós não concordámos é que estes trabalhos deveriam de estar devidamente orçamentados e incluído nas receitas anuais da Câmara, evitando os empréstimos. Mas como não é possível, naturalmente que vamos para a frente.”*

João Viegas (CDS-PP) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Se me permitem recordar ao PS, quem vota contra também tem toda legitimidade de o fazer, independentemente da observação que o senhor deputado fez, “só quem não tem juízo é que pode votar contra”. O CDS votou contra esta proposta, não porque estamos contra as obras que são necessárias, mas porque as obras para serem executadas não necessitam obrigatoriamente do recurso a empréstimos sucessivos. À imagem do que tem acontecido também com outros empréstimos, aliás o avolumar de empréstimos já aprovados neste mandato, deverá ser preocupante.*



Algumas bancadas, nomeadamente na última Assembleia, até perguntaram ao executivo se o endividamento está a aumentar. Nós temos essa preocupação e consciência de que ao contratualizar mais empréstimos estamos a aumentar mais a dívida do município.”

2. Deliberação n.º 218/18 – Proposta n.º 05/2018 – GAF – Acerto de verbas referente à área da limpeza de edifícios municipais. Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Setúbal e a União de Freguesias de Setúbal – 2018-2021. Artigo 3º - “Limpeza de edifícios municipais existentes na União de Freguesias de Setúbal”

Antonieta Saragoça (CDU) – Na sequência de uma questão colocada em reunião da Comissão pelo Bloco de Esquerda, o executivo ficou de apresentar um relatório à Assembleia Municipal, que demonstre a razão do diferencial financeiro entre o orçamentado e o realizado para o necessário acerto de verbas. Efetivamente isso já passou aqui para que tomássemos conhecimento. O ofício que vêm da junta de freguesia justifica o motivo pelo qual este diferencial de verbas existiu.

Em relação à cópia da ata da Comissão, há uma alteração ligeira no número de votos e a quem pertencem. Há uma correção a fazer, embora já tenha assinado a ata corrigida, achou-se que no momento não valeria a pena estar a distribuir novamente por todos. Há uma correção a fazer na votação que é a seguinte:

Proposta aprovada por maioria com 6 votos a favor, em vez de se ler 5 da CDU, deverá ler-se 4 CDU, 1 AC e 1 BE, e 2 abstenções do PS e PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 22.

Vítor Rosa (BE) – Foi o Bloco de Esquerda que levantou a questão relativamente a esta matéria e até demos o benefício da dúvida relativamente à chegada de informação, por isso votámos a favor na comissão, no entanto, a informação que chega continua a não esclarecer o assunto. Aquilo que foi questionado ao nível da Comissão de Finanças foi que o descritivo que era dado na proposta é de que, “*Devido a um conjunto de eventos desenvolvidos pelo município e que obrigaram a que fosse realizado trabalho extraordinário*” e aquilo que foi questionada era “*Que tipo de eventos, quais eventos e relativamente ao trabalho extraordinário, em termos de horas, o que é que era imputado?*”. A informação que é prestada aqui pelo senhor Presidente da União de Freguesias de Setúbal acaba por não responder a esta matéria, diz que “*no mês tal e no mês tal foi feito o pagamento de*”, mas não correspondem efetivamente na prática a quem estas verbas foram utilizadas, no quê, em quais eventos e em termos de número de horas a que é que correspondeu efetivamente. Eu precisava de mais esclarecimentos relativamente a esta matéria.

João Viegas (CDS/PP) – Em relação a esta proposta, o CDS não tem assento nesta comissão, mas como é óbvio, o pedido que foi solicitado faz todo o sentido. É bom recordar que em março deste ano, no relatório anual das atividades delegadas existia uma diferença entre o valor recebido por esta junta de freguesia e aquele que efetivamente foi gasto, mas isso é o que mais acontece com outras rubricas. No relatório há uma diferença de 6.940,00€, que não corresponde a este valor que agora é solicitado pela União de Freguesias de Setúbal.

Aqui até faz sentido um outro pedido que fizemos numa outra Assembleia, que os relatórios da atividade das juntas de freguesia relacionados com os contratos interadministrativos, para



podermos trimestralmente, uma vez que está estipulado em termos de contrato, os podermos verificar. Se calhar tornava-se muito mais simples a análise destes documentos.

Há uma discrepância entre os valores do relatório que foi apresentado.

Se existem estas diferenças, algumas que já resultam do exercício de 2016, que é aquilo que consta neste ofício da junta de freguesia, porque é que estes acertos não foram feitos antes e aguardaram por esta ocasião?

Estamos-nos a referir a dois exercícios, ao de 2016 e de 2017.

Podemos constatar também que nos contratos que foram assinados para o ano 2018, entre 2018 e 2021, há um reforço das verbas. É importante também para nós, para podermos avaliar estes documentos, percebermos em que edifícios daqueles que são da responsabilidade da junta de freguesia foram feitas as horas extraordinárias. Terá sido na Casa da Cultura, no antigo Banco de Portugal, na Casa da Baía, etc.?

De acordo com o mapa é importante também nós percebermos, se a Câmara Municipal de Setúbal solicitou à junta de freguesia que estes trabalhos fossem realizados, porque é que tem que se aguardar quase um ano e meio para regularizar esta situação?

Pedro Vieitas (PPD/PSD) – O Partido Social Democrata na comissão absteve-se, porque necessitava de mais informação, como já foi aqui dito por quem me antecedeu na palavra, esta informação que nos foi transmitida não é suficiente. Alertámos na comissão e temos feito esse alerta, mesmo relativamente a todas as propostas que chegam à comissão, muitas delas falta de documentação que fundamente e que suporte aquilo que vai ser discutido. Abstivemo-nos na comissão e perante o esclarecimento que é apresentado pelo senhor Presidente da União de Freguesias de Setúbal, é manifestamente pouco para aquilo que nós achamos, não consegue fundamentar o que é que foi, quais foram os serviços que foram praticados, quais foram as horas e quando é que foram. Por essa razão vamos manter o nosso voto de abstenção.

Rui Canas (Presidente da União das Freguesias de Setúbal) – Sobre esta questão, compreendo que os deputados tenham alguma dificuldade em perceber este assunto, mas isto é muito simples. Quem conhece o historial deste problema, há muito tempo que havia delegado nas juntas de freguesia, não só na União de Freguesias, mas em várias, um conjunto de trabalhadores que prestam serviços na limpeza de edifícios municipais, que na prática são trabalhadores que prestam serviço nesses edifícios. A gestão desses trabalhadores não é feita pela junta de freguesia, a junta de freguesia é apenas empregadora desses trabalhadores e compromete-se com eles no ponto de vista do seu vínculo. No sentido funcional esses trabalhadores estão afetos aos serviços do município e o município é que dispõe da necessidade que tem desses trabalhadores. Obviamente que essas horas extraordinárias que aí estão são realizadas em eventos na Casa da Cultura, no Fórum Municipal Luísa Todi. Nem todos os edifícios, onde esses 12/13 trabalhadores estão afetos, desenvolvem essas atividades. Nunca poderia dar outro tipo de informação a não ser esse que lhe dei. A informação que demos foi no sentido de que na questão financeira há um desencontro de contas. Mas quer aos contratos, quer aos acordos de execução, isto é normal, porque o orçamento que fazemos no início do ano depois surgem com alterações, porque há situações que crescem. Inclusivamente a execução, como o senhor deputado João Viegas disse, não é igual em todos os semestres. Há semestre em que se cumpre a verba, mas há outros que se ultrapassa, há outros que se fica aquém e o acerto dessas contas é sempre feito no final do ano. No final do ano, como tem vindo a demonstrar todos os anos, a execução destes planos, do ponto de vista financeiro, é sempre muito superior às verbas que a Câmara Municipal transfere para as juntas de freguesia, para o cumprimento dessas funções. Pensando que realmente é esse o problema



que está em causa, nunca poderia esta junta de freguesia dar indicações concretas onde é que esses trabalhadores andaram a fazer horas, são os serviços da Câmara que nos transmitem essa informação. Da nossa parte não há qualquer tipo de problema, acreditamos que quem faz a gestão dos trabalhadores, certamente que foram em obras consideradas necessárias e as pessoas fizeram efetivamente as horas. Estamos a falar apenas de uma questão que tem a ver com o acerto de contas e nada mais.

Porque é que é dos outros anos anteriores? Porque às vezes estes acertos vão-se fazendo de várias formas, pela cedência de materiais ou num conjunto de outras atividades que vamos fazendo e vamos procurando fazer os acertos. É sempre bom para a junta, é bom para a câmara e também é bom para os serviços que prestamos à população.

Não sei se a informação que vos estou a dar é aquela que gostariam, mas é aquela que me é possível dar.

Estamos a falar de um valor que até nem é nada significativo, que corresponde a trabalho efetuado e que nós já pagámos às pessoas. É muito natural que o município agora nos faça ressarcir dessa verba.

João Viegas (CDS/PP) – Só para complementar. É óbvio que se a junta de freguesia efetua esta despesa, deve ser ressarcida. Também é importante nós percebermos que estamos a aprovar um documento que está incompleto. Esta Assembleia está a aprovar, independentemente do valor que está em causa que até podia ser inferior, não é por aí, mas é importante que os documentos venham elaborados de uma forma diferente, para nós também termos a perceção que tipo de inventos foram solicitados, que levaram ao pagamento de horas extraordinárias. Se não é a junta de freguesia, porque recebe indicação da Câmara, então seria a Câmara Municipal a fornecer essa tabela, seria uma forma mais transparente e tornava-se muito mais fácil para nós aprovarmos ou não o documento que aqui é apresentado.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 29 votos a favor, 19 da CDU, 9 do PS e 1 de AC, e 8 abstenções, 4 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do CDS-PP, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 24.

3. Deliberação n.º 219/18 – Proposta n.º 06/2018 – GAF – Acordo de parceria para a execução de obras com a Junta de Freguesia de Azeitão. Requalificação dos Largos – Aldeia da Piedade e Vila fresca de Azeitão

Antonieta Saragoça (CDU) – Alguns esclarecimentos prestados pelo executivo e complementados pela senhora presidente da União das Freguesias de Azeitão que faz parte desta comissão.

A Comissão de Economia Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 22.

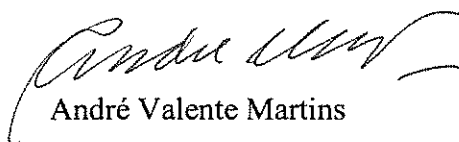
Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 25.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram vinte e uma horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e sete de julho, do ano de dois mil e dezoito.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de dezasseis de novembro, de dois mil e dezoito, contém vinte e três folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa



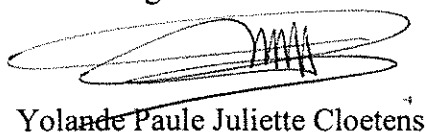
André Valente Martins

O Primeiro Secretário da Mesa



Eusébio Manuel Candeias

A Segunda Secretária



Yolande Paule Juliette Cloetens

Elaborada e processada por: Vítor Marcos

Verificada por: Ana Cristina Claro

Revista por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa